

## TURISMO, URBANIZAÇÃO E PRODUÇÃO DE ESPAÇOS DE EXCLUSÃO EM ITACARÉ, BAHIA

Paulo Fernando Meliani<sup>1</sup>

Recebido em 15/09/2010

Aprovado em 21/01/2011

<sup>1</sup> UESC. Doutor em Geografia. [paulomeliani@hotmail.com](mailto:paulomeliani@hotmail.com)

### RESUMO:

O município de Itacaré, na Bahia, vivencia uma série de transformações sócio-espaciais advindas da inserção do turismo, como o incremento do processo de urbanização, que acontece não só como uma mudança na estrutura demográfica, mas também com uma conseqüente expansão dos espaços urbanizados. Por meio da interpretação de fotografias aéreas e de material cartográfico, bem como por pesquisas bibliográficas e de campo, foram reconhecidas algumas características da recente expansão das áreas urbanizadas na cidade de Itacaré. Além da expansão urbana, foi possível reconhecer uma segregação sócio-espacial subjacente ao processo, estabelecida por uma produção de espaços turísticos exclusivos que são, de certo modo, de uso proibido para quem não pode neles consumir, como boa parte da população local. Os espaços turísticos só podem ser vividos pela população do lugar como local de trabalho, o que estabelece uma alienação social que vai além daquela própria do processo de trabalho, estabelecendo-se também como um estranhamento do trabalhador com o seu próprio lugar, aquele em que nasceu e se criou. Em Itacaré, a produção turística trás consigo contradições, pois apesar de dinamizar a economia local, produz espaços exclusivos que desafiam a ordem política e técnica, no sentido de lidar com a segregação sócio-espacial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Turismo; urbanização; produção do espaço; exclusão; Itacaré

### 1. INTRODUÇÃO

Inserida numa região formada em função da produção do cacau, a conhecida região cacaeira da Bahia, o município de Itacaré vivencia uma série de transformações sócio-espaciais advindas da inserção seletiva do turismo na região. Itacaré torna-se destino turístico a partir dos anos 1990, depois de um período de isolamento regional advindo da perda de sua importância como porto cacaeiro, nos anos 1950-60, provocada fundamentalmente pela ampliação e melhoria das ligações terrestres entre o interior da região e o então modernizado porto de Ilhéus, com o qual competia desde os primórdios da implantação do cacau na região. Isolamento geográfico que só se rompeu no final dos anos 1990 com a pavimentação da rodovia BA-001, a “estrada-parque” que liga Ilhéus à Itacaré, uma obra idealizada, financiada e realizada em função de políticas de desenvolvimento regional com base no turismo.

Desde suas iniciativas mais originais, na década de 1950, o turismo representa uma alternativa de desenvolvimento econômico e social para o Estado da Bahia, independente do êxito que por ventura tenha conseguido atingir. No imaginário da sociedade baiana, do mesmo modo que na brasileira e mundial em geral, o turismo se constitui como uma possibilidade de se incrementar a atividade econômica local e, conseqüentemente, de gerar empregos para a população dos lugares em que se insere. Independente do caráter questionável dessa premissa, a participação da renda gerada pelo turismo no Produto Interno Bruto (PIB) baiano tem crescido nas últimas décadas, passando de 4,0% em 1991 para 7,9% em 2004, segundo estimativa elaborada pela Secretaria da Cultura e Turismo.

Neste período de 13 anos, o número de chegadas aos destinos turísticos baianos cresceu cerca de 130 %, passando de 2.188.930, em 1991, para 4.897.000, em 2004 (BAHIA, 2005, p. 25). A ação estatal nesse período pautou-se numa desconcentração relativa da atividade, com a aplicação de recursos em infra-estrutura em outras localidades do Estado, além da capital Salvador. O crescimento dos números do turismo, nestas últimas décadas, é oficialmente atribuído ao Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia (PRODETUR/BA) que, articulado ao Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste (PRODETUR/NE), possui recursos do governo federal, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), liberados em financiamentos intermediados pelo Banco do Nordeste. Além destas fontes de recursos, o PRODETUR/NE contou com outros agentes de financiamento, como o Banco Mundial, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS), a Caixa Econômica Federal e da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR).

A estratégia do PRODETUR, na Bahia, passa pela implantação de infra-estrutura pública e pela promoção do turismo em regiões selecionadas por seu potencial de “exotismo”, bem como pela ocorrência de ambientes “ecologicamente preservados”, notadamente aqueles com predominância de “praia e sol” que, segundo a BAHIATURSA, são os mais demandados pelo mercado internacional (BAHIA, 2005, p. 43). Atualmente, o turismo compõe parte das especializações regionais que caracterizam o espaço econômico da Bahia, concentrando suas atividades na capital (Salvador) e, de modo menos expressivo, nos eixos litorâneos de Porto Seguro-Santa Cruz Cabrália e de Ilhéus-Itacaré, bem como no interior do Estado, em Lençóis, na Chapada Diamantina.

O espaço turístico de Itacaré, em suas formas e funções, representa a utilização seletiva do subespaço costeiro regional, que apresenta em conjunto um importante potencial econômico, capaz de dinamizar mais significativamente a economia da região. A orla atlântica é um subespaço regional com certa homogeneidade de funções e de usos da terra, que incorpora áreas dos municípios litorâneos de Canavieiras, Una, Ilhéus, Uruçuca e Itacaré, relativamente bem integradas pela rodovia BA-001. Esta integração física faz parte das estratégias do PRODETUR/BA que

definiu sete áreas turísticas prioritárias na Bahia, entre elas a “Costa do Cacau” que corresponde ao litoral da microrregião de Ilhéus-Itabuna, com exceção de Belmonte, município integrado a área turística “Costa do Descobrimento”, em função de seu acesso mais facilitado aos municípios localizados mais ao sul, notadamente Porto Seguro.

Além da seleção de áreas turísticas prioritárias, o PRODETUR indicou para elas a aplicação seletiva de investimentos em saneamento, energia, construção de estradas, aeroportos e recuperação de patrimônio histórico, financiados com recursos liberados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco do Nordeste. Entre as ações concluídas, na primeira fase do PRODETUR-BA, a pavimentação da rodovia Ilhéus-Itacaré, que compõe parte da BA-001, foi concluída em maio de 1998, a um custo de 18.058.000 de dólares (GONÇALVES, 2002, p. 109). A rodovia BA-001 assume um prestígio diferenciado no trecho entre Ilhéus-Itacaré, chamada de “ecovia” ou “estrada-parque”, pois cruza remanescentes do bioma Mata Atlântica e utiliza de questionáveis equipamentos “ecologicamente corretos”, como redes na copa das árvores ou manilhas por debaixo da estrada para a travessia de animais, com o intuito de amenizar os impactos da fragmentação ambiental. Os trinta e cinco quilômetros que ligam a cidade de Itacaré à vila de Serra em Grande, em Uruçuca, cruzam a Área de Proteção Ambiental (APA) de Itacaré-Serra Grande, uma unidade de conservação criada em 1993.

Com a inserção do turismo em Itacaré, notadamente a partir dos anos 1990, a recente dinâmica sócio-econômica parece incrementar o processo de urbanização do município, não só promovendo uma mudança na estrutura demográfica, mas também com a conseqüente expansão de espaços urbanizados. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o percentual de representatividade da população urbana, em relação à população total de Itacaré, têm aumentado nas últimas décadas, denotando um claro processo de urbanização no município: 23,19% (4.275 habitantes) em 1991; 43,87% (7.951 habitantes) em 2000; 58,05% (14.350 habitantes) em 2007. Na a área urbana do distrito-sede do município, ou seja, na cidade de Itacaré, onde as atividades turísticas estão mais concentradas, houve um extraordinário crescimento da população nestas duas décadas de plena inserção turística. O incremento de população urbana no distrito-sede de Itacaré, entre 1991 e 2000, foi de 145,78%, passando de 2.324 habitantes no início da década para 5.712 ao final dela. Nos anos 2000, o processo de crescimento populacional continua, conforme indica a contagem do IBGE, em 2007, que estima uma população urbana de 11.478 habitantes para o distrito-sede de Itacaré, ou seja, um acréscimo de 100,94% entre 2000 e 2007.

Este estudo tem como objetivo reconhecer algumas características da recente expansão das áreas urbanizadas da cidade de Itacaré, considerando os parâmetros do IBGE, que defini como área

urbanizada aquelas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano, caracterizadas por construções, arruamentos e intensa ocupação humana, bem como aquelas reservadas à expansão urbana (IBGE, 2008, p. 08). Por meio de interpretação de fotografias aéreas, imagens orbitais e material cartográfico foi possível reconhecer uma expressiva expansão recente das áreas urbanizadas na cidade de Itacaré, num processo que estabelece uma nítida segregação sócio-espacial, notadamente uma fragmentação entre espaços selecionados para os turistas e espaços de vida da população local. Em pesquisas de campo, foi possível controlar as informações obtidas em gabinete por meio de sensoriamento remoto, bem como observar, constatar e registrar os aspectos qualitativos que caracterizam os processos analisados.

Tendo como base uma pesquisa bibliográfica, este artigo apresenta um referencial teórico preliminar, com algumas considerações sobre as relações entre o turismo e a produção de espaços urbanos. Em seguida, apresentamos os resultados da análise da expansão urbana, obtidos por meio de sensoriamento remoto e pesquisas de campo para, por fim, tecer algumas considerações a respeito da segregação sócio-espacial que se estabelece subjacente ao processo de urbanização do município. Os resultados e considerações de pesquisa, apresentados neste artigo, compõem parte dos estudos sobre as transformações sócio-espaciais de Itacaré, advindas da inserção do turismo, e de análises de soluções públicas para as demandas exigidas pelo desenvolvimento da atividade turística no município, em estudos realizados desde 2001. De modo especial, do desenvolvimento do projeto de pesquisa acadêmica, denominado “Diagnóstico da expansão urbana do distrito-sede de Itacaré com ênfase na degradação ambiental e na formação de áreas de risco à ocupação humana” (MELIANI e GOMES, 2006), resultaram os fundamentos da análise da expansão urbana aqui apresentada.

## **2. TURISMO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO**

A partir do entendimento do espaço geográfico como um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações que interagem entre si (SANTOS, 2002, p. 63), é possível estabelecer algumas considerações sobre como o turismo condiciona a produção do espaço, notadamente naqueles lugares que ainda estão relativamente abertos à inserção turística, como é o caso de Itacaré, na Bahia. Segundo Santos (2002, p. 63), o sistema de objetos condiciona a forma como se dão as ações, e o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. Assim, ainda nos termos do autor, o espaço é formado por elementos fixos que, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, ou

seja, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, redefinindo cada lugar.

Nesse sentido, sob o ponto de vista espacial, o turismo é uma forma de condicionamento da utilização e da apropriação do espaço, uma cadeia de processos conhecida como “turistificação” (CAZES, 1992 citado por CARA, 1996, p. 89), que nada mais é que uma produção de espaços turísticos. Segundo Castilho (2007, p. 03), a “turistificação” (o “*mise en tourisme*” de Cazes) é a qualificação do espaço de um lugar para o desenvolvimento de atividades turísticas, por meio de experiências urbanísticas (“revitalização” de zonas históricas e simbólicas), do incentivo às atividades de lazer, entretenimento e comércio, bem como pela elaboração de imagens positivas do lugar. Para permanecerem atrativos, os lugares se utilizam de recursos materiais (como as estruturas e equipamentos) e imateriais (como os serviços), buscando realçar suas virtudes por meio dos seus símbolos herdados ou recentemente elaborados, utilizando a imagem do lugar como “imã” (SANTOS, 2002, p. 269).

Em geral, estudos geográficos sobre a “turistificação” estão mais voltados para as transformações que causam nas dimensões simbólicas dos lugares, “artificializando-os”. Segundo Cruz (2007, p. 21), lugares produzidos pelo turismo são estudados há tempos por geógrafos que, por vezes, deram-lhes algumas denominações como os “enclaves” apresentados Jean-Pierre Lozato-Giotart, as “bolhas” mencionadas por John Urry, os “simulacros” que tem como base o pensamento de Jean Baudrillard. Entretanto, segundo a autora, nenhuma expressão ganhou tanta aceitação quanto o conceito de “não-lugar” apresentado pelo antropólogo Marc Augé, notadamente entre os geógrafos que estudam o fenômeno do turismo. Cruz chama a atenção sobre o uso recorrente do conceito do antropólogo Augé, para quem o “não-lugar” seria, senão a antítese, ao menos um lugar distinto do “lugar antropológico”, aquele que se caracteriza por ser identitário, relacional e histórico.

Para Coriolano (2006), as cidades são vendidas ao turista como produtos abstratos, destituídas de seu conteúdo social, os “espaços-fantasia” dos cartões-postais. Segundo Carlos (2006, p. 28), “o espaço produzido pela indústria do turismo perde o sentido, é o presente sem espessura, quer dizer, sem história, sem identidade; neste sentido é o espaço do vazio; ausência; não-lugares”. Para Carlos (1996, p. 28), por se reproduzir na relação entre espaço e sociedade, o lugar é, em sua essência, produção humana criada e estabelecida por uma identidade entre a comunidade e o lugar. A identidade se dá por meio de formas de apropriação da vida, fazendo do lugar um produto das relações humanas que se realizam no plano do vivido, construído por uma rede de significados e sentidos tecidos pela história e pela cultura. Segundo a autora, cidades inteiras se transformam com o objetivo de atrair turistas, provocando um sentimento de estranhamento nas pessoas de um lugar

que se transforma em destino turístico, onde tudo se torna espetáculo e o turista em um espectador passivo. Entretanto, os processos de produção turística do espaço afetam muito mais que as dimensões simbólicas dos lugares, pois o turismo representa uma atividade em expansão e, que de um ponto de vista físico, é consumidora, produtora e transformadora de espaços (CARA, 1996, p. 86). Para que esse consumo se realize, o espaço deve possuir equipamentos de infra-estrutura, oferecer serviços específicos e, antes de tudo, possuir as qualidades turísticas materiais que interessem a quem o consome. Qualidades turísticas exigidas do espaço que vão além do sistema de objetos específicos, das formas naturais ou construídas que o compõem, mas também de um sistema de ações capaz de dinamizar o espaço em sua função turística, como é o caso dos serviços que dão suporte à atividade.

Lopes Junior (2000, p. 213) usa o conceito “urbanização turística” para expressar uma “nova” forma urbana derivada da conexão entre o desenvolvimento das atividades turísticas e a emergência de “novas paisagens urbanas” que, a partir do final do século 20, tem seus significados e identidades sociais deslocados da produção industrial para o consumo. Em espaços turísticos há certa homogeneidade de funções espaciais e de usos da terra, derivados deste aproveitamento econômico específico. Estradas, aeroportos e portos permitem o acesso ao destino turístico, para uma localidade identificada como tal e que possui, ou alega possuir, os elementos que possibilitarão ao turista a satisfação com o produto que pretende consumir. Esta satisfação, que vai além das amenidades ou do potencial recreativo do lugar, inclui fundamentalmente a existência de estabelecimentos que ofereça serviços de apoio ao turista, como hospedagem, alimentação, transportes, lazer, etc.

Para Coriolano (2006, p. 216), “o turismo é uma atividade que implica no consumo dos espaços com diversidade de formas de utilização estruturantes de paisagens e de negócios e dá agilidade a processos dotados de grande capacidade de organização territorial”. Deste modo, formas geográficas concretas necessárias à atividade são seletivamente implantadas no espaço pelo capital turístico, “territorializando-o” ao determinar as relações sociais por ele mediadas. Segundo Godoy (2004, p. 31), a produção do espaço consiste na realização prática de produção de objetos “geograficizados” segundo uma lógica econômica, que se destinam a cumprir funções diferenciadas em sintonia com as necessidades de reprodução das relações sociais de produção e da divisão social do trabalho.

Castells (2006, p. 201) chama de “produção da estrutura”, o conjunto das realizações espaciais derivadas do processo social de reprodução dos meios de produção e do objeto de trabalho. Se os meios de produção são instrumentos que, inseridos entre o trabalhador e o objeto de trabalho, possuem propriedades mecânicas, físicas e químicas, então o espaço físico (a “Terra”) é o

arsenal primitivo desses meios (MARX, 1998, p. 203). Portanto, os elementos naturais da “Terra” (inclusive a água), que estão distribuídos como formas componentes do espaço, são objetos de trabalho fornecidos pela natureza que, quando modificados pelo trabalho humano, tornam-se “matéria-prima”, ou seja, outros “objetos de trabalho”.

Como condições materiais necessárias à realização do trabalho, os meios de produção podem ser também meios resultantes de trabalho anterior (edifícios, fábricas, canais ou estradas) e, como formas espaciais construídas, compõem um “instrumental” de trabalho capaz de transformar outros objetos em “produtos”. Mais do que um instrumental de trabalho, o conjunto de formas naturais e construídas, arrançadas em um determinado espaço geográfico, também é um produto que corresponde a uma dada ordem econômica que serve de suporte territorial à produção e, sobretudo, de local para a reprodução dos meios de produção, dos objetos de trabalho e, sobretudo, da força de trabalho. As realizações derivadas do processo social de reprodução da força de trabalho são chamadas, por Castells (2006, p. 202), de “consumo da estrutura” e podem ser “simples” (moradias, equipamentos mínimos) ou “amplas” (ambientes sócio-culturais, etc.).

Assim, como produto da (re) produção dos meios de produção e da força de trabalho, o espaço turístico revela, enquanto território, uma divisão social que distingue os sujeitos e suas distintas territorialidades, notadamente o Estado, os empresários, os trabalhadores, a sociedade local, bem como os turistas que “desfrutam” consumindo o espaço. De todo modo, “a sociedade local comanda, sobretudo, os aspectos técnicos do trabalho local, enquanto é residual e incompleto seu comando sobre aspectos políticos do trabalho local, cujo controle se dá em outras instâncias, superiores e distantes” (SANTOS, 2002, p. 273). Neste contexto, o Estado teria o papel de regulação da atividade, mediando conflitos, organizando e normalizando o uso do território. Os espaços turísticos demandam uma infra-estrutura técnica específica que é, em geral, implantada diretamente pelo Estado ou então fomentada por ele, através de planejamentos turísticos.

O planejamento do espaço turístico se dá, via de regra, por meio de instrumentos de ordenamento do uso da terra, como zoneamentos, planos diretores ou planos de manejo, estes últimos muito comuns em espaços voltados para o segmento “ecoturístico”, como é o caso de Itacaré. Na elaboração do planejamento do espaço, os discursos e as ações dos sujeitos turísticos (poderes públicos, empresas, turistas, trabalhadores, comunidades locais) são determinantes, guardadas as diferenças de poder econômico e de influência política de cada um deles nos processos de produção sócio-espacial. Assim, com o exercício assimétrico da territorialidade, os sujeitos de maior poder econômico e influência política são privilegiados no momento de definição do uso do território, inclusive com a apropriação privada de espaços públicos.

Segundo Steven Flusty (citado por BAUMAN, 1999, p. 28), espaços públicos tradicionais são cada vez mais suplantados por espaços de produção privada (muitas vezes com subsídios públicos), de propriedade e administração privadas, para a reunião pública, isto é, “espaços de consumo”. Para Atkinson (2003, p. 1829), a crescente comercialização de espaços públicos explica o aumento constante de “códigos restritivos” que “filtram” o acesso a eles, justificando-se tais restrições pela questão do medo da segurança física. Flusty (citado por BAUMAN, 1999, p. 27), nota a construção num campo novo das áreas metropolitanas, mas que podemos reconhecer em outros lugares que não a cidade: a dos “espaços proibidos”, destinados a interceptar, repelir ou filtrar alguns dos pretendentes a usuários.

Flusty designa alguns destes espaços proibidos: (a) o “espaço esquivo”, que não pode ser alcançado, porque as vias de aproximação se contorcem, prolongam ou inexistem; (b) o “espaço espinhoso”, o que não pode ser facilmente acessado em função da instalação de grades sobre muros ou barras inclinadas que impede as pessoas de se sentar; e (c) o “espaço nervoso”, o que não pode ser usado de forma despercebida devido ao monitoramento de patrulhas ambulantes e de tecnologias remotas ligadas a estações de segurança. Em destinos turísticos, é comum a apropriação privada de espaços públicos, como em praias de Itacaré, onde a construção de espaços “esquivos” e “espinhosos” impede o acesso a usuários indesejados, ou seja, “proibindo” o uso do espaço a aqueles indivíduos que, por sua condição de classe, não tem a capacidade de consumo esperada pelos empreendedores.

O uso que se faz do espaço, bem como o que se fez e o que se fará dele, determina uma produção sócio-espacial caracterizada pela presença de formas estabelecidas pelas relações capitalistas contemporâneas. Assim, a produção turística do espaço acontece de modo desigual e contraditório, refletindo as relações sociais diferenciadas de poder, notadamente as que ocorrem entre o capital e o trabalho, configurando um território onde uns usam e controlam o espaço, enquanto que outros são usados e controlados por meio dele. Nesse sentido, é possível conceber uma “produção do espaço”, nos termos de Lefebvre (2000, p. 93), reconhecendo-se o espaço como produzido e reproduzido em conexão com as forças produtivas e com as relações de produção.

### **3. A RECENTE EXPANSÃO URBANA DA CIDADE DE ITACARÉ (1970 – 2003)**

Antigo porto cacauero localizado junto à foz do rio de Contas, a cidade de Itacaré passa por uma transição funcional de seu espaço econômico ao assumir, a partir dos anos 1990, sua atual função de destino turístico. A origem da cidade remonta um aldeamento indígena do início do século 18, onde o padre Luis de Grã manda construir uma capela em memória de São Miguel,

batizando o lugar como “São Miguel da Barra do Rio de Contas” (IBGE, 1958, p. 306). De aldeamento indígena, produtor de alimentos para a Capital Colonial (Salvador), Itacaré teve seu espaço usado para a produção e exportação de cacau nos séculos 19 e 20. Com a perda de sua importância portuária, nos anos 1960, a cidade de Itacaré ficou relativamente isolada em função das dificuldades de acesso em um meio físico planáltico de elevada pluviosidade. Podemos afirmar que este isolamento só se rompeu em 1998, notadamente com a pavimentação do trecho da rodovia BA-001 que liga Ilhéus à Itacaré, fruto das políticas públicas regionais de desenvolvimento turístico.

O centro de Itacaré, a área mais antiga da cidade, situa-se entre a igreja de São Miguel e os dois pequenos portos localizados no rio de Contas: o porto da “frente”, que servia as embarcações maiores vindas de Salvador e Ilhéus, e o porto de “trás”, que atendia aos pequenos barcos de agricultores e pescadores nativos. Essa espécie de zona portuária é a área central da cidade de Itacaré, no seu sentido original, onde a cidade nasceu e se desenvolveu nos seus primeiros momentos. Até meados dos anos 1960, o acesso à Itacaré só se dava por meio de seus dois portos, tanto para quem vinha de fora pelo mar quanto os que vinham do interior da região, pelo rio de Contas. A saída terrestre da cidade, a “Ladeira Grande”, só foi construída nos anos 1960, com o objetivo de viabilizar uma ligação viária com Ubaitaba, município vizinho localizado a oeste de Itacaré (fotografia 1).

**Fotografia 1. Fotografia Aérea da cidade de Itacaré (BA), em 1964.**



**Fonte:** Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul (1964).

Mesmo com a ligação viária com Ubaitaba, o acesso a cidade de Itacaré era difícil pelas estradas não pavimentadas em um meio natural planáltico de elevada pluviosidade. Nos anos 1970 e 1980, o turismo se restringia ao veraneio de famílias de alguns fazendeiros da região (CONDER, 2004, p. 36), bem como alguns poucos *hippies* e surfistas que enfrentavam as dificuldades de acesso para chegar à Itacaré. É possível considerar os *hippies* e surfistas dos anos 1970-80 como os precursores do turismo em Itacaré, já que a procuravam com objetivo semelhante aos turistas de hoje: o do contato com a natureza e a prática do surfe. Atualmente Itacaré é um conhecido, inclusive no exterior, como um destino “ecoturístico” com boas condições para a prática do surfe, fato que talvez ainda se constitua no principal chamariz para o turismo no município.

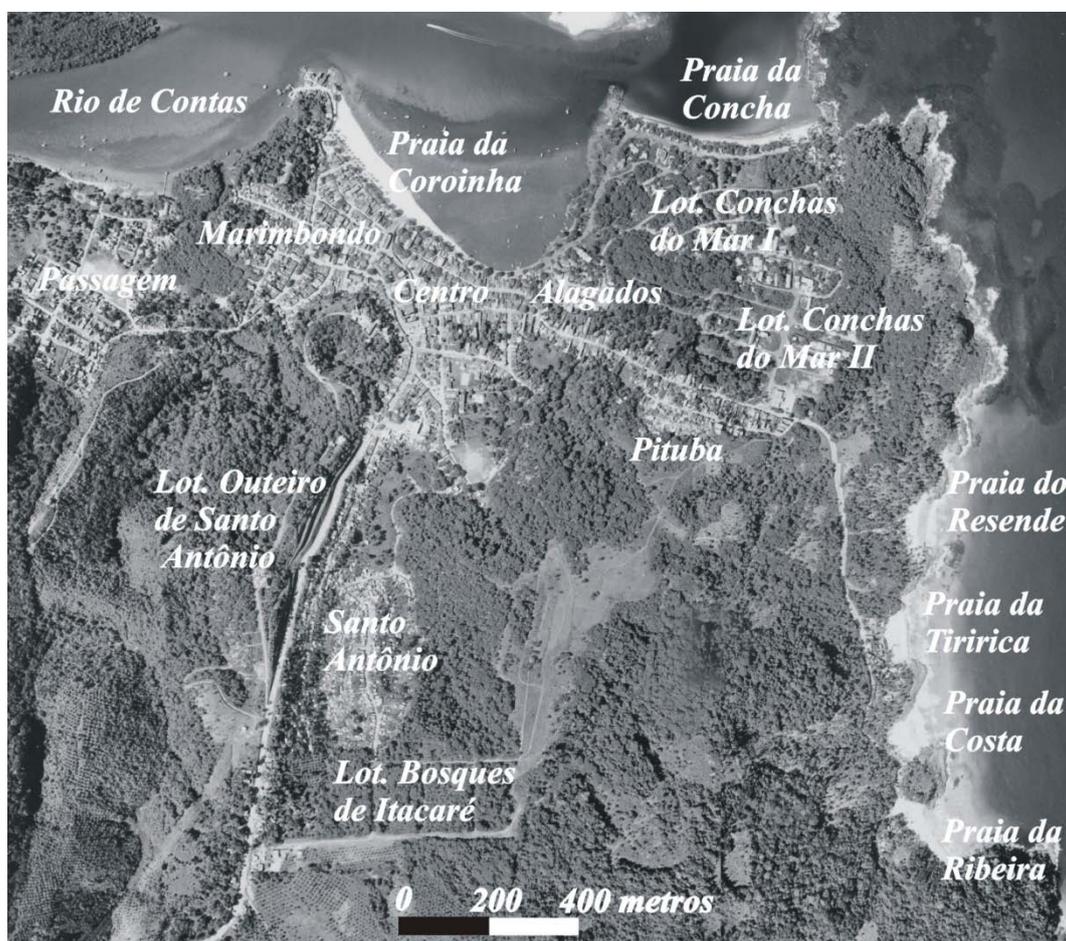
Em Itacaré, a expansão das atividades turísticas tem promovido significativas mudanças no uso da terra, com a pavimentação de estradas, a abertura de caminhos, a edificação de residências, pousadas e instalações de infra-estrutura turística, como as necessárias para o funcionamento dos serviços de apoio ao turismo (fotografia 2). A área central da cidade de Itacaré reflete a atual função de destino turístico de seu espaço econômico, concentrando os serviços característicos da atividade, como os de alojamento (pousadas), de alimentação (bares e restaurantes), de comunicação por *internet*, de contratação de passeios e aulas de esportes, como o surfe, entre outros. Nas ruas estreitas do pouco preservado centro histórico da cidade, alguns poucos sobrados em estilo neoclássico construídos na época áurea do cacau (início do século 20) são usados como estabelecimentos comerciais ou de serviços para o turismo.

No início da década de 1970, a área urbana consolidada da cidade de Itacaré se restringia basicamente a área central (arredores da zona portuária e da igreja de São Miguel) e a faixa lateral da ladeira Grande, correspondendo a aproximadamente 28,51 hectares. Entre 1970 e 1980, a expansão do espaço urbano da cidade de Itacaré se dá com a formação de bairros contíguos ao núcleo original, como o bairro do “Marimbondo” e o dos “Alagados” (atual “São Miguel”), bem como algumas áreas próximas as praias da Tiririca e da Ribeira. A expansão da cidade entre 1970 e 1980 representou a um acréscimo de aproximadamente 55,6% (15,8 hectares) à área urbana consolidada até então, perfazendo ao final da década um total de 44,36 hectares (MELIANI, SILVA e GOMES, 2007).

Nos anos 1980, a expansão urbana torna-se mais significativa se considerarmos o registro no Cartório de Imóveis de Itacaré do loteamento “Conchas do Mar I”, em 1983, apesar da pouca ocupação dos seus lotes nos primeiros anos após o registro. Localizado a leste do núcleo histórico da cidade, em uma grande área subjacente a praia da Concha, este loteamento ainda hoje se constitui como alternativa de moradia para as classes de maior poder aquisitivo da cidade, bem

como para a construção de pousadas, principalmente por pessoas vindas de fora de Itacaré, na perspectiva de exploração do turismo emergente.

**Fotografia 2. Mosaico de fotografias aéreas da cidade de Itacaré (BA), em 2002**



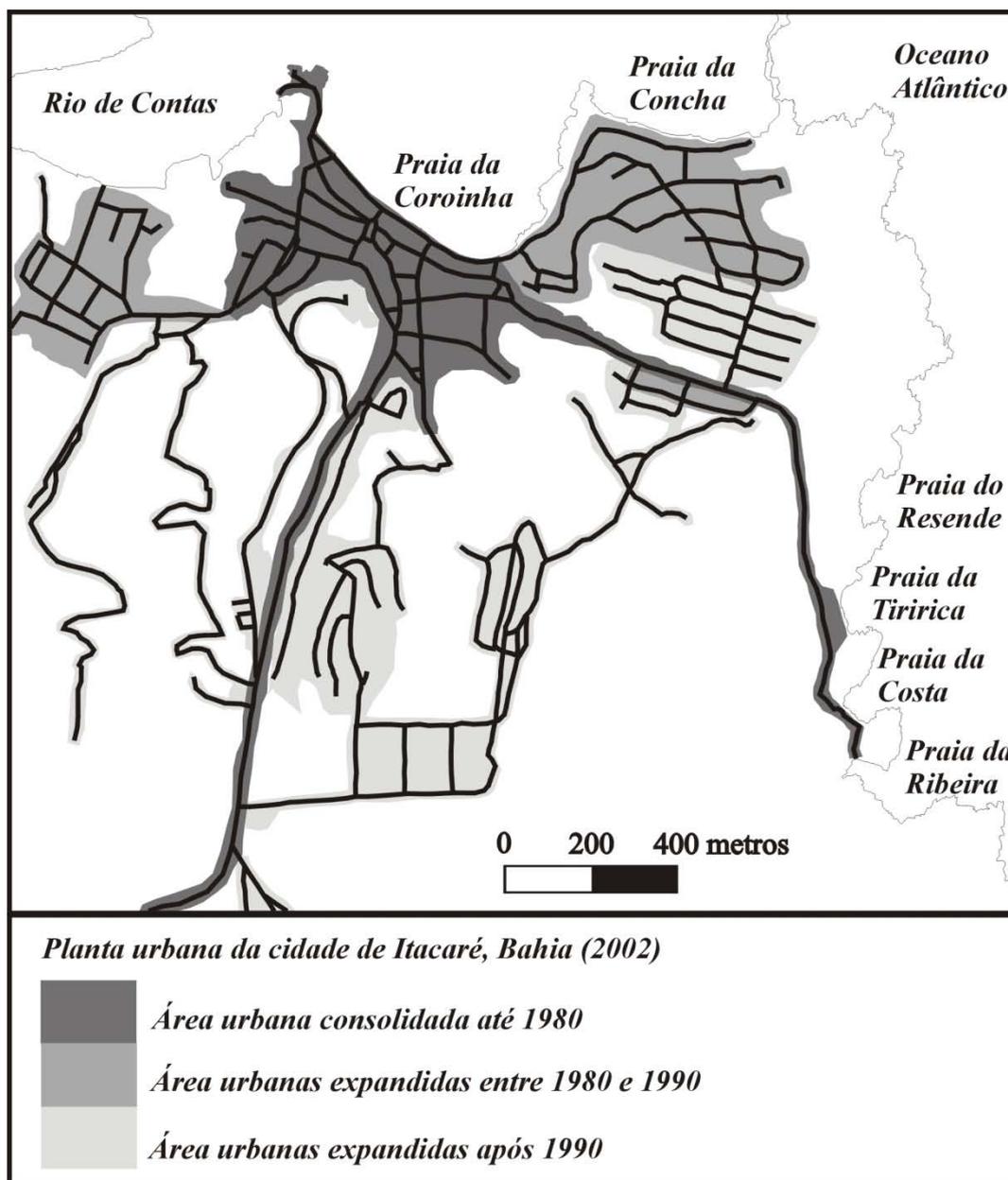
Fonte: CONDER, 2002.

A implantação do loteamento reverberou, na mesma década, na formação do bairro da “Pituba”, junto ao “caminho das praias”, em sua porção mais proximal ao centro, pois antigos moradores da área do loteamento Conchas do Mar I, considerados invasores, foram deslocados para a Pituba, com o intuito de viabilizar a implantação e a comercialização dos lotes. Cabe destacar que o já existente bairro dos Alagados (hoje conhecido como São Miguel) também é considerado uma “ocupação” do loteamento Conchas do Mar I, da qual não houve retirada dos ocupantes. No período 1980-1990, forma-se também o bairro da “Passagem”, num antigo local de isolamento para doentes de “bexiga” (varíola), a oeste do centro, e que serve atualmente como alternativa de moradia para parte das classes populares de Itacaré. A expansão urbana neste período foi de 95,3% (42,28 hectares), praticamente dobrando a área urbana total, que passou a aproximadamente 86,64 hectares em 1990 (MELIANI, SILVA e GOMES, 2007).

No período compreendido entre 1990 e 2003, o espaço da cidade torna-se cada vez mais adensado nas suas formas construídas, se expandindo significativamente com a segunda etapa do loteamento Conchas do Mar (em 1998) e com uma significativa urbanização de áreas contíguas a saída da cidade, além do adensamento de edificações no bairro da Pituba. Além da multiplicação dos estabelecimentos do setor de serviços ao longo da Ladeira Grande e adjacências, notadamente oficinas mecânicas e lojas de materiais de construção, também se multiplicam os acessos para os loteamentos que surgem no entorno da cidade, como o “Outeiro de Santo Antonio” e o “Bosques de Itacaré”. Chama também a atenção no período, a formação do bairro de “Santo Antonio” (antigo bairro da “Rua da Linha”), na encosta voltada para a Ladeira Grande.

A implantação da rodoviária de Itacaré bem próximo ao início da Rua da Linha, em 1994, bem como as obras de pavimentação da rodovia BA-001, concluída em 1998, contribuiu para a expansão da ocupação dessa área. Com a implantação da rodoviária na base da encosta, ocorreu uma valorização da área do entorno, em função da constituição de um espaço funcional, inclusive com a feira que funciona junto à rodoviária. Com a pavimentação da estrada, muitos trabalhadores vindos de fora da cidade se instalaram no bairro, contribuindo para a expansão da ocupação da encosta. A expansão urbana neste período (1990-2003) foi de 74,4%, ou seja, 64,46 hectares que, somados a área urbana consolidada no início do período (86,64 hectares), totalizam uma área urbana de 150,59 hectares, em 2003 (MELIANI, SILVA e GOMES, 2007).

Com o desenvolvimento do turismo e a crescente urbanização de Itacaré, a especulação imobiliária se acentua, provocando uma expansão para além do seu núcleo original ([figura 1](#)) e um adensamento das formas construídas. No centro da cidade e nos bairros contíguas a ele, multiplica-se a edificação de pousadas e estabelecimentos comerciais e de serviços voltados ao turismo. O número de hotéis e pousadas que era de 19, em 1992 (VeS ENGENHEIROS CONSULTORES, 1996, p. 107), passa para 40, em 2001 (TÔRRES, 2001, p. 23) e totaliza 97 em 2005 (ITI, 2005, p. 4). Nos bairros periféricos, bem como nas encostas e várzeas, multiplica-se a edificação de casas que são a moradia da maioria das pessoas do lugar, inclusive de muitos dos trabalhadores que prestam os serviços turísticos.

**Figura 1. Planta urbana da cidade de Itacaré, Bahia (2002)**

**Fontes:** CONDER (2002); CONDER (2004); Meliani, Silva e Gomes (2007).

**Edição:** Paulo Fernando Meliani (agosto de 2009).

#### **4. URBANIZAÇÃO E PRODUÇÃO DE ESPAÇOS DE EXCLUSÃO EM ITACARÉ**

De maneira geral, a inserção do turismo produz espaços caracteristicamente urbanos, não apenas derivados da implantação da infra-estrutura específica, mas também em decorrência de aspectos não controlados pela atividade, como a atração populacional que o turismo provoca enquanto promessa de emprego. Em Itacaré, a implantação do turismo tem gerado estruturas sócio-

espaciais fragmentadas, formada por espaços seletivos de uso turístico muitas vezes pleno de contatos com outros espaços desprezados pela atividade. A emergência do espaço turístico de Itacaré, na perspectiva de seu desenvolvimento, incrementa o poder de atração das pessoas, seja o de atrair turistas ou o de atrair trabalhadores sem emprego. Assim, a mesma ordem econômica que seleciona Itacaré como destino turístico, que direciona a aplicação de investimentos em infraestrutura e dinamiza o fluxo de turistas, determina o uso da terra: dos espaços valorizados como os locais de visitação e hospedagem, às encostas e baixadas ainda desvalorizadas, onde habita a maioria da população local, muitas vezes excluída dos benefícios das atividades turísticas

Na cidade de Itacaré, há uma nítida divisão territorial “leste-oeste”, em virtude das práticas sócio-espaciais que se processam em cada uma dessas partes do lugar. No leste da cidade, de frente para o mar, o espaço é altamente valorizado pelo turismo, localizando-se ali os principais equipamentos de hospedagem, alimentação, entretenimento, entre outros serviços destinados aos turistas. No oeste, nos “fundos” da cidade, nos bairros menos valorizados e nas áreas de encostas e de várzeas ainda não apropriadas pelo capital imobiliário e turístico, vivem a maioria das pessoas do lugar, em condições de vida muito inferiores a que existe do outro lado da cidade. Esta segregação ocorre em função da seleção de espaços para o uso turístico, que só podem ser vividos pela população do lugar como local de trabalho, o que estabelece uma alienação social que vai além daquela própria do processo de trabalho, estabelecendo-se também como um estranhamento do trabalhador com o seu próprio lugar, aquele em que nasceu e se criou.

A produção dos espaços turísticos tem como lógica o consumo e, assim, aqueles que não têm condições de consumir estão excluídos de seu uso pleno, sendo muitas vezes considerados indesejáveis como usuários por sua condição de classe. Nesse sentido, os espaços turísticos são exclusivos, ou seja, só podem ser plenamente vividos por quem pode consumir e, no caso de Itacaré, tornam-se ainda mais exclusivos em função da “privatização” que ocorre em algumas das praias do município. O acesso a algumas praias de Itacaré, como a de São José, Prainha, Jeribucassu e Engenhoca, só é possível mediante pagamento, impedindo aos que não tem condições financeiras de usufruir de um bem público. Cercadas, vigiadas e de acesso difícil, quando não se efetua o pagamento, através de costões e penhascos, algumas destas praias são verdadeiros “espaços proibidos”, nos termos de Flusty (citado por BAUMAN, 1998, p. 28), para as pessoas que sempre utilizaram estas praias para a pesca, a prática de esportes e, de modo mais dramático, para aqueles antigos vendedores ambulantes do lugar.

A opção de tornar Itacaré um destino turístico está associada a políticas públicas, que apregoam, por meio do discurso, que o turismo é uma alternativa de desenvolvimento econômico e social, em função de sua pretensa capacidade de gerar empregos dinamizando a economia local.

Nesse sentido, o Estado da Bahia promoveu a viabilização da infra-estrutura de acesso (a pavimentação da rodovia BA-001), a criação de uma identidade ecológica para o lugar e motivou a ação empresarial no sentido de dotar o espaço com os elementos técnicos necessários à atividade econômica, inserindo Itacaré no mercado nacional e internacional de turismo. Neste processo, há uma apropriação empresarial dos elementos naturais e culturais do lugar, no intuito da valorização do espaço enquanto produto turístico.

De um lado, a natureza apropriada enquanto paisagem que veicula um imaginário ecológico representado pelos remanescentes de Mata Atlântica, pela beleza cênica dos elementos naturais que ainda subsistem no espaço, constituindo-se como uma espécie de ativo simbólico do capital turístico. Entretanto, a urbanização avança por espaços até então dominados pelos elementos naturais, descaracterizando a própria imagem “ecológica” que serve como chamariz para a atividade turística. Forjada como uma espécie de marca do turismo, a imagem “ecológica” é banalizada por meio da incontável difusão publicitária e a multiplicidade de artigos e empreendimentos ecológicos vendidos no município. Dos incontáveis e informais guias de praias, trilhas e cachoeiras até os grandes empreendedores hoteleiros, passando por comerciantes e prestadores de serviços de todo tipo, “todos” estão envolvidos em atividades pretensamente ecológicas (“ecoturísticas”) em Itacaré.

Por outro lado, há uma apropriação da cultura formada ao longo da história, não só da arquitetura e dos símbolos locais e regionais, mas principalmente uma apropriação de saberes culturais do passado enquanto possibilidade de exploração do “trabalho”, como acontece com tradicionais caçadores e pescadores, entre outros indivíduos que prestam serviços turísticos, muitas vezes de forma precária e informal. Com o turismo, a população local tem algumas oportunidades de trabalho como empregados dos setores de comércio e serviços, quase sempre em funções de baixa qualificação e renda. As vagas de trabalho mais especializado, como as dos hotéis mais sofisticados (que exigem, por exemplo, o conhecimento de outras línguas), são muitas vezes ocupadas por pessoas vindas de outros locais, onde estudaram e obtiveram experiência profissional.

Segundo Ouriques (2006, p. 132), o trabalho no turismo se caracteriza pela grande ocorrência de trabalhadores temporários e ocasionais, por jornadas de meio expediente, pela desvalorização da mão-de-obra feminina, pela significativa presença de jovens, pela baixa remuneração quando comparadas as de outros setores da economia, pelo elevado número de horas trabalhadas, bem como pelo baixo grau de sindicalização. Como complicador da baixa remuneração advinda do trabalho turístico, o custo de vida fica mais caro para as pessoas que vivem nos locais receptores de turistas, como em Itacaré, em virtude da visita de turistas internacionais capazes de pagar suas despesas em moeda valorizada (como o “dólar” ou o “euro”) em relação à moeda local.

Apesar das atividades turísticas empregarem pessoas do lugar, seu controle é fundamentalmente dinamizado de fora, por agentes de turismo e empresários dos grandes centros, justamente de onde partem os turistas que visitam Itacaré e região. O lucro principal das atividades turísticas não é significativamente internalizado no município, indo majoritariamente para os centros de controle das atividades turísticas localizados em outras cidades. Parte da renda referente à venda de produtos turísticos, que acontece nos locais de emissão de turistas, fica retida nestes mesmos locais, sendo remetido, para a própria localidade turística, apenas parcela relativa aos custos dos serviços ali prestados. Além da retenção de parte da renda da atividade turística nas localidades emissoras de turistas, há mecanismos de transferência de outra parte também significativa dos benefícios advindos da atividade no próprio local turístico.

Concebida como estratégia global e operacionalizada em escala local, por meio do trabalho (muitas vezes precarizado), a produção turística trás consigo contradições, pois apesar de dinamizar, apenas relativamente, a economia local, produz espaços exclusivos que desafiam a ordem política e técnica, no sentido de lidar com a segregação sócio-espacial. Ao que parece, o turismo promove uma transição funcional que não supera a histórica produção derivada do espaço de Itacaré (MELIANI, 2006, p. 568), não proporcionando oportunidades significativas de uma transformação social que melhore substancialmente as condições de existência da população do lugar.

## REFERÊNCIAS

ATKINSON, Rowland. *Domestication by Cappuccino or a Revenge on Urban Space? Control and Empowerment in the Management of Public Spaces*. **Urban Studies**. Vol. 40, Nº 9, 1829 – 1843, August 2003.

BAHIA. **Século XXI – Consolidação do turismo: estratégia turística da Bahia 2003-2020**. (Coleção Selo Turismo). Salvador, BA: Governo do Estado. Secretaria da Cultura e Turismo, 2005. 148 p.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização e conseqüências humanas**. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ed., 1999. 145 p.

CARA, Roberto Bustos. *El turismo y los procesos de transformación territorial*. **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. RODRIGUES, Adyr A. B. (Org.). São Paulo, SP: HUCITEC, 1996. p. 86-93.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O turismo e a produção do não-lugar*. **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. YÁSIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A. (Orgs). São Paulo, SP: Hucitec, 1996. p. 25-37.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Tradução de Arlene Caetano. 3ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Paz e Terra S/A, 2006. 590 p.

CASTILHO, Claudio Jorge Moura. *O uso do turismo na formação de representações sócio-espaciais do desenvolvimento em Recife/Pernambucano: Perspectivas de inclusão ou ilusão social*

*pelos empregos turísticos. Anais do 1º Colóquio Nacional do Núcleo de Estudos em espaço e representações – “Espaço e representações: reconstruções teóricas do geográfico”*. Edição do Núcleo de estudos em espaço e Representações (NEER) Geografia / Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba, PR: Volume 1, n. 1, 2007.

CONDER. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. **Plano Diretor Urbano de Itacaré - versão para discussão com a comunidade local – Cenário Analítico**. Tomo I. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. Salvador, BA: Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Governo do Estado da Bahia, março de 2004.

CONDER. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. **Cidade de Itacaré: fotografias aéreas convencionais coloridas**. Escala 1: 8.000. Salvador, BA, 2002.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo, SP: Annablume, 2006. 238 p.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Geografia do turismo: de lugares a pseudo-lugares**. São Paulo, SP Editora Roca Ltda, 2007. 140 p.

FALCÃO, José Augusto Guedes. *O turismo internacional e os mecanismos de circulação e transferência de renda. Turismo: espaço, paisagem e cultura*. YÁSIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A. (Orgs). São Paulo, SP: Hucitec, 1996. p. 63-74.

GOMES, Horieste. **A produção do espaço geográfico no capitalismo**. (Coleção “Repensando a Geografia”). 2ª ed. São Paulo, SP: Contexto, 1991. 74 p.

GONÇALVES, Augusta Lorena Santana. *A importância do planejamento governamental do turismo: o PRODETUR na Bahia. Bahia: Análise e Dados*. Salvador, BA: SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia). V. 12, n. 2, p. 101-114, setembro 2002.

IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 1958. Volume XX (Municípios do Estado da Bahia).

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 1991**. Rio de Janeiro, RJ: Fundação IBGE, 1991.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000 – Dados Preliminares**. Rio de Janeiro, RJ: Fundação IBGE, 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem da População 2007 - Agregado por Setores Censitários**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão. Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2008.

ITI. Instituto de Turismo de Itacaré. **Itacaré**. São Paulo, SP: HVS International São Paulo, julho de 2005.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. 4<sup>o</sup>. Paris, France: Anthropos, 2000. p. 485.

LOPES JÚNIOR, Edmilson. *População e meio ambiente nas paisagens de urbanização turística do nordeste: o caso de Natal. População e meio ambiente: debates e desafios*. TORRES, Haroldo; COSTA, Heloísa Soares de Moura (Orgs.). São Paulo, SP: SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), 2000. p. 213-231.

MARX, Karl. **O Capital - Crítica da Economia Política (Livro 1: “O Processo de Produção Capitalista”)**. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1998. 571 p.

MELIANI, Paulo Fernando; SILVA, Gilson Santos da; GOMES, Ronaldo Lima. *Produção de espaços turísticos urbanizados: análise da expansão urbana de Itacaré, Bahia. Anais do X*

**Simpósio Nacional de Geografia Urbana – SINPURB.** Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

MELIANI, Paulo Fernando; GOMES, Ronaldo Lima. **Diagnóstico da expansão urbana do distrito-sede de Itacaré (BA) com ênfase na degradação ambiental e na ocupação de áreas de risco.** Projeto de pesquisa acadêmica. PROPP (Pó-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação). Ilhéus, BA: Universidade Estadual de Santa Cruz, 2006.

MELIANI, Paulo Fernando. *De porto cacauero a destino turístico: transição funcional e permanência do espaço derivado de Itacaré, município da região cacauero da Bahia.* **Geografia.** Rio Claro, SP: AGETEO, setembro-dezembro, 2006 b. p. 555-569.

OURIQUES, Helton Ricardo. **A produção do turismo: Fetichismo e dependência.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2005. 159 p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2002. 384 p.

SERVIÇOS AÉREOS CRUZEIRO DO SUL. **Costa de Itacaré:** foto aérea. Rio de Janeiro, 1964. Escala 1: 25.000. Fx 205, n. 15.

TÔRRES, Ana Paula. **Capacidade de carga turística como fator de sustentabilidade ambiental – o caso da cidade de Itacaré (BA).** 2001. 51 f. (Graduação em Ciências Econômicas). Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2001.

VeS ENGENHEIROS CONSULTORES. **Diagnóstico do meio físico, biótico e socioeconômico da Área de Proteção Ambiental de Itacaré-Serra Grande.** Salvador, BA, 1996. 134 p.